
NO IMAGINÁRIO E NA MEMÓRIA: INTERPRETAÇÕES SOBRE O PERÍODO VARGAS NO TEMPO PRESENTE

IN IMAGINATION AND MEMORY: INTERPRETATIONS OF THE VARGAS ERA IN CONTEMPORARY TIMES

Thiago Cavaliere Mourelle ¹

Ana Carolina Machado ²

RESUMO

Com o objetivo de refletir sobre as diferentes interpretações acerca do período Vargas no tempo presente, o artigo aborda duas dimensões: a do imaginário e a da memória. Para isso, a análise se valeu de um estudo realizado pelo Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus desdobramentos (CNPq), que contou com seiscentos estudantes que responderam a um questionário com dez questões relativas à percepção atual sobre fatos históricos relacionados ao governo de Getúlio Vargas. Mobiliza, igualmente, o testemunho e a memória de Fernanda Montenegro, importante atriz brasileira que vivenciou o período e escreveu sobre ele em sua autobiografia *Prólogo, Ato, Epílogo* (2019). O texto problematiza, portanto, a imagem construída sobre o período Vargas como sendo o resultado tanto da memória dos que viveram aquele momento quanto do imaginário que ficou para as novas gerações, sobretudo o que se passou naquele que foi um regime que marcou a história do país e deixou marcas que permanecem até hoje.

Palavras-chave: Getúlio Vargas. História do Tempo Presente. Imaginário. Memória.

ABSTRACT

With the aim of reflecting on the different interpretations of the Vargas period in the present time, the article addresses two dimensions: that of the imaginary and that of memory. To this end, the analysis draws on a study conducted by the Research Group on the Dimensions of the Vargas Regime and its Consequences (CNPq), involving six hundred students who answered a questionnaire with ten questions related to current perceptions of historical facts concerning Getúlio Vargas's government. It also draws on the testimony and memory of Fernanda Montenegro, an important Brazilian actress who experienced that period and wrote about it in her autobiography *Prologue, Act, Epilogue* (2019). The text, therefore, problematizes the image constructed about the Vargas period as the result of both the memories of those who lived through it and the imaginary that has persisted for new generations—particularly regarding a regime that marked the country's history and left lasting scars.

Keywords: Getúlio Vargas. Present Time. Imaginary. Memory.

¹Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense, com pós-doutorado em História Política pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Historiador do Arquivo Nacional.

² Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina. Email: anacarolinamachado.historia@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O aniversário dos setenta anos da morte de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 2024, e a reverberação da efeméride desencadearam uma série de reflexões acerca do chamado período Vargas no espaço público. Entre essas, a data levantou debates historiográficos que, de distintas formas, discutiram a relação dos anos em que Vargas esteve no poder com o tempo presente, com destaque para as atividades realizadas pelo Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus Desdobramentos (UERJ/CNPq)³, que, por meio de eventos presenciais e online, abordaram as ressonâncias, as permanências e, sobretudo, o impacto dos acontecimentos daquele período na história do Brasil ao longo do século XX e início deste.

Ainda que muitos temas tenham sido evidenciados, as possibilidades de abordagem da vivacidade e da atualidade do período hoje são diversas, especialmente se considerarmos as muitas percepções e interpretações do público elaboradas acerca desse passado no tempo presente, seja por meio da memória, seja por meio do imaginário.

Neste texto, ao abordarmos essas duas dimensões — a da memória e a do imaginário — mobilizamos, inicialmente, as narrativas sobre o período e sobre a imagem de Getúlio tecidas por meio do trabalho de memória de uma testemunha que vivenciou a época: a atriz Fernanda Montenegro. Em um segundo momento, analisamos de que forma as ações e a figura de Vargas são interpretadas por estudantes de distintas localidades, faixas etárias e níveis de escolaridade/formação, que responderam a um questionário online. Foram dez perguntas objetivas sobre a posição ideológica do ex-presidente, o impacto de suas realizações e como as transformações ocorridas durante seu governo ainda reverberam atualmente.

Refletir sobre o período Vargas à luz da história do tempo presente requer, primeiramente, pontuar que entendemos esta última não apenas como um recorte temporal recente, mas como uma forma de abordar a história que considera as “estruturas duráveis como mais reais e mais determinantes que os acidentes de conjuntura, os fenômenos de longa duração como mais decisivos do que os movimentos de curto alcance [...]” (Chauveau; Tétard, 1999, p.9). Isto é, que se debruce sobre os resquícios, os desdobramentos e as permanências de passados mais recuados no tempo, mas que

³ O GRUPO de Pesquisa Vargas desenvolve estudos sobre o período Vargas. Disponível em: <https://linktr.ee/grupopesquisavargas>. Acesso em: set. 2025.

permanecem vivos no presente. Uma história, portanto, que não trata excepcionalmente dos últimos anos, das últimas décadas, do imediato por si só, mas que contempla as muitas camadas temporais que fazem do presente o que ele é e que se preocupa, especialmente, com os usos públicos e políticos de determinados passados no presente em andamento (Rodrigues; Borges, 2021).

Nossa reflexão está centrada, desse modo, em uma problemática temporal, e não em um período cronológico em si. Ocorre que, diferentemente da história em andamento — dos processos cujos desfechos ainda não se deram por encerrados, a exemplo do atual governo Lula —, o chamado período Vargas há muito já teve seu “ponto final”. Sabemos seu desfecho e nos separamos dele por meio de um espaço de tempo de sete décadas. Conhecemos os acontecimentos que apontam para o “fim” dessa “era” e podemos indicar claramente os fatores que diferenciam este contexto de outros que vieram antes e depois dele.

Todavia, de muitas maneiras, podemos dizer que tal “era” não termina com a morte de Vargas, embora o acontecimento encerre, sem dúvidas, um ciclo: aquele que teve Getúlio no poder. O fato de este período ser acionado no presente, por meio da memória e do imaginário, nos leva a considerar que se trata de uma história não encerrada e que, mais do que isso, apresenta algumas continuidades. Em outras palavras, falamos da presença do passado no presente — passado que é mobilizado e atualizado, ora pela memória das testemunhas vivas que o experienciaram, ora pelo diálogo e pelas interpretações que os sujeitos que protagonizam o presente elaboram sobre essa época, ainda que não a tenham vivido.

Nesse sentido, entendemos a história do tempo presente como um fenômeno de geração que evidencia “o impacto dos acontecimentos deste último século sobre os homens e sobre sua vontade de ‘reagir’, isto é, de tentar explicar o presente” (Chauveau; Tétard, 1999, p.15).

FERNANDA MONTENEGRO: TESTEMUNHA VIVA DO VARGUISMO E SUAS MEMÓRIAS SOBRE A ÉPOCA

Nas palavras de Montenegro (2019, p.50-52, grifos nossos):

Na minha observação mais doméstica, diante de tantas crises no Brasil e no mundo, a década de 1930 me parece, hoje, monstruosa. Além de herdar a falência econômica do Crack de 1929, esses dez anos trouxeram Stálin, Hitler e Mussolini. É preciso dizer mais? No nosso país, a radicalização

político-ideológica sofreu influência desses três monstros através de Luís Carlos Prestes, Plínio Salgado e Getúlio Vargas. Aqui, a referida década começou com a Revolução de 30. Seguiu-se a Revolução Paulista. A Intentona, com Prestes. A Ação Integralista, com Plínio Salgado. E o Golpe do Estado Novo, com Vargas. Nessa crise extrema, se a Intentona chegasse ao poder, Getúlio e Plínio, junto com seus seguidores, teriam, sem dúvidas, seu fim num *paredón*. Se Plínio Salgado viesse a ser o escolhido dos deuses, Getúlio, Prestes e suas frentes de adesão seriam os liquidados na tortura. Sem piedade, Getúlio Vargas, ao vencer, dizimou Prestes e Plínio Salgado dentro da mesma visão radical. Getúlio era um caudilho, mas a ele se deve, de saída, o voto feminino. Num contraste político e ideológico, é a ele e ao seu Estado Novo, quando o Congresso foi fechado pelo próprio Vargas, que o trabalhador brasileiro deve um primeiro e duradouro organismo oficial de atendimento social, até então impensável e terminantemente inaceitável. Meu pai, dou como exemplo, era funcionário de uma grande empresa, a Light, mas não tinha ganho social-trabalhista algum. Não tinha folga remunerada, nem férias, nem hora extra, nenhum atendimento na área da saúde, e muito menos seus familiares. Não havendo aposentadoria, o brasileiro trabalhava até se exaurir. Não existia salário-mínimo. Viúvas ficavam em total desamparo. Crianças de doze, treze anos eram aceitas nas oficinas como “aprendizes”. Foi só nessa década que, tendo como origem a Carta del Lavoro do fascista Benito Mussolini, nasceu o atendimento social contra tudo ou a favor de todos no nosso país. Passaram a valer as leis fundamentais como a bendita jornada de oito horas, folga semanal, férias, montepio para as viúvas e órfãos, aposentadoria, a proibição de demitir um empregado com dez anos de casa. Como sempre, a elite empresarial-industrial gritava que tais medidas seriam a ruína econômica do Brasil. Quando institucionalizaram o salário-mínimo, o país ia falir! Eu senti na pele a emoção dessas crises. **E, passados tantos anos, me pergunto onde estaria o trabalhador brasileiro se o amparo social não tivesse sido alcançado naquele período fascista-getulista.** Em casa, Getúlio era tido como homem certo no lugar certo. Aliás, na casa de qualquer trabalhador da época e - por que não? - de hoje [...] Neste nosso país, queiramos ou não, foi também com Vargas que o atendimento educacional-cultural nasceu e foi cumprido com qualidade e disciplina. Tudo que tínhamos até então nessa época, tanto na educação quanto na cultura, eram as sobras do Império. Foi Vargas que criou o Ministério da Educação e Saúde, a Universidade do Brasil, a PUC do Rio de Janeiro, o Serviço Técnico Profissionalizante, o importantíssimo Departamento Nacional de Saúde, e organizaram-se os museus, o Instituto Nacional do Livro, o Patrimônio Histórico Nacional. No setor da comunicação, inaugurou-se a Rádio MEC, canal cedido ao Ministério pela generosidade de visão educacional de Roquette-Pinto. Nessa rádio, anos mais tarde, eu iniciaria minha vida profissional. Ao lado do ministro Gustavo Capanema, servindo a um governo fascista, esquizofrenicamente, estavam Carlos Drummond de Andrade, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Cândido Portinari, Mário de Andrade, Afonso Arinos de Melo Franco, Cecília Meireles, Manuel Bandeira, Heitor Villa Lobos e outros intelectuais de esquerda. Reconheço, sim, dada a minha condição modesta e a de minha família, tudo o que recebemos do atendimento social e educacional da era Vargas [...] de outro lado, num espanto desmedido ante os fatos e a história, destaco, com horror, os anos sinistros de crimes políticos e ideológicos do governo getulista. Como símbolo da trágica vitória política de Vargas, registro o envio de Olga Benário, companheira de Luís Carlos Prestes, grávida de Anita Leocádia Prestes, para a Alemanha nazista, onde Hitler a matou numa câmara de gás. Ao vencedor: os cadáveres. Silenciosamente eu observava com olhos de pré-adolescente essa contradição social, política, ideológica.

O trecho acima é um relato testemunhal em que a figura de Getúlio Vargas e os desdobramentos de seu governo são avaliados ora de forma positiva, ora de forma negativa. Trata-se de um testemunho que ressalta, de um lado, a importância da política

varguista no tocante à classe trabalhadora, por exemplo, mas que, de outro, não deixa de problematizar o fato de que o presidente foi uma personalidade extremamente controversa. Se há nele um reconhecimento do amparo social que o governo de Vargas proporcionou ao trabalhador brasileiro, o testemunho também apresenta uma avaliação crítica que levanta as ambiguidades de um governo dito “popular” que era, ao mesmo tempo, autoritário e fascista – na visão da depoente – e que não pode ser compreendido sem que sejam considerados os movimentos político-ideológicos da época, em termos globais. Reconhecemos que esse testemunho realiza um balanço importante sobre o período, uma vez que levanta suas diferentes facetas sem defini-lo como uma coisa ou outra, e é justamente por essa razão que o introduzimos aqui como ponto de partida.

O testemunho citado é resultado de um trabalho de memória empreendido por Fernanda Montenegro na última década, momento em que a atriz se empenhou em fazer um balanço retrospectivo de sua trajetória. O relato integra a autobiografia *Prólogo, Ato, Epílogo*, livro escrito e elaborado por ela em colaboração com a jornalista Marta Góes, publicado pela editora Companhia das Letras, em 2019, com a função de marcar uma dupla efeméride: os noventa anos de vida e setenta anos de carreira da “grande dama do teatro brasileiro”. Nascida no subúrbio do Rio de Janeiro, em 1929, e batizada como Arlette da Silva Pinheiro, Fernanda Montenegro – seu nome artístico – conta que teve sua infância e adolescência atravessadas pelo período em que Getúlio Vargas governou o Brasil. Fernanda viveu esse Brasil, e as narrativas que tece sobre ele no presente revelam como esse período ainda permanece vivo na memória de alguém que não apenas o vivenciou, mas que sentiu de forma concreta seus impactos e desdobramentos.

Seu testemunho demonstra a forma como Vargas ainda é lembrado e aponta os efeitos de seu governo ao longo do tempo, os quais foram decisivos na história política e, sobretudo, na história social do Brasil República. Ele se configura como uma forma de representação do passado no presente que evidencia a contemporaneidade do não contemporâneo, sendo um vestígio de uma época encerrada que se atualiza por meio dos usos desse passado no presente, através da lembrança (Rouso, 2016). Seu testemunho tem a capacidade de mobilizar, portanto, um “passado que é de outra época, mas que ainda vive entre nós. Um passado que não passa” (Rodrigues; Borges, 2021, p.8), um “passado que não está nem acabado, nem encerrado, em que o sujeito da sua narração é um ‘ainda-aí’” (Rouso, 2016, p.18).

Na autobiografia *Prólogo, Ato, Epílogo*, atravessada pelo que Pierre Bourdieu (2006) definiu como “ilusão biográfica”, ou seja, movida pela vontade de apresentar a totalidade de sua história de vida, a atriz oferece não apenas um panorama de sua longa trajetória, percorrendo a história de seus antepassados, seu nascimento, infância, vida adulta e velhice, mas compartilha, ao mesmo tempo, um amplo e detalhado testemunho de um Brasil que foi e que é. Isso porque Fernanda Montenegro reconstrói sua experiência de vida ao longo do século XX e início deste século, remontando, por meio de seu trabalho de memória, os processos históricos e as conjunturas sociais e políticas em meio às quais sua trajetória se desenrolou e se consolidou.

Assim, o trecho com o qual iniciamos este tópico oferece uma versão, uma interpretação do que foi o período Vargas na ótica de Fernanda Montenegro, uma das poucas atrizes ainda vivas de sua geração. Com seus noventa e cinco anos recém-completados, Fernanda é uma das cada vez mais raras testemunhas ainda vivas do importante e emblemático tempo em que Vargas governou o país. Ou seja, ela integra o pequeno contingente de pessoas que viveram aquele momento e que ainda têm a oportunidade de compartilhar sobre ele, algo que, em pouco tempo, se tornará cada vez mais impossível, uma vez que essas pessoas já possuem idade bastante avançada e podem vir a falecer dada a distância temporal.

Desse modo, a oportunidade de trabalhar com essa narrativa situa nossa discussão no âmbito da história do tempo presente, abordagem cuja singularidade é definida, entre outras razões, não apenas por tratar de períodos mais recentes, que se concentram especialmente entre os séculos XX e XXI (Rousso, 2016), mas que se diferencia, sobretudo, pela presença de atores históricos vivos que testemunharam e protagonizaram os períodos estudados pelos historiadores e que lhes são contemporâneos (Rousso, 2016; Delacroix, 2018).

Assim, a história do tempo presente se consolidou, em grande medida, por reconhecer e atribuir às testemunhas um valor e uma autoridade diferenciada de acesso ao passado, principalmente porque elas podem “participar de um diálogo com os mais jovens quando se trate de episódios relativamente mais antigos” (Rousso, 2016, p.14), como é o caso de Fernanda Montenegro. O presente é o tempo em que esses atores assumem papel central nos “debates e nas controvérsias sobre o passado recente. Mais exatamente, é a época em que os historiadores começam a compreender a dimensão da presença e da intervenção dessas testemunhas no espaço público” (Rousso, 2016, p.15). Assim,

entendemos que a memória pública da atriz possui a capacidade de provocar reflexão sobre as estruturas herdadas do passado varguista no presente, partindo do entendimento de que a memória, enquanto presença do passado no presente, constitui “uma reconstrução psíquica e intelectual que acarreta de fato uma representação seletiva do passado, um passado que nunca é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido num contexto familiar, social, nacional” (Rouso, 2005, p.94).

Vale dizer que Fernanda Montenegro deu ênfase ao período Vargas em sua construção autobiográfica e, ao nos atermos à obra como um todo, percebemos que isso não ocorreu em relação a outros momentos da história do Brasil vivenciados pela atriz. Em outras palavras, parece ter sido muito importante para ela falar sobre este recorte temporal em sua autobiografia *Prólogo, Ato, Epílogo* (2019, p.45), ao compartilhar sua experiência vivida.

Próximo aos meus oito anos, entrei para a escola pública de Jacarepaguá no segundo primário, pois já estava bem alfabetizada. A partir da era getulista, os colégios públicos primários passaram a ser mistos [...] graças a um projeto criado por Villa-Lobos, dentro da nova estrutura getulista de educação e cultura, com Gustavo Capanema à frente, tínhamos aula de canto orfeônico duas vezes na semana. Aprendemos canções do folclore brasileiro, pesquisadas e registradas, na sua maioria, por Mário de Andrade. Particpei de uma concentração de toda a garotada do Distrito Federal, uniformizada, no campo do Vasco. Fomos separados de acordo com as vozes e regidos pelo próprio Villa-Lobos, num belo terno de linho branco. Era a comemoração do Dia da Raça, um ato fascistoide, copiado de Mussolini. Aprendemos também que “O Brasil deposita sua Fé e sua Esperança no Chefe da Nação”. As escolas públicas forneciam livros, cadernos, lápis de cor e merendas - muitas vezes, sopa - para os que não tinham condições. O Estado supria essa carência. Aprendemos todos os hinos pátrios. Hastreamos a bandeira e todos os dias cantávamos o Hino Nacional. Uma vez por semana, de luvinhas brancas, fazíamos a volta no pátio, carregando a nossa bandeira.

Dois aspectos importantes deste trecho das memórias de Fernanda Montenegro merecem destaque. A atriz reproduz, ao se referir àqueles anos, o termo “Era Getulista” e, assim como “Era Vargas”, “essa é uma expressão que a historiografia mais recente tem evitado por entender que ela chancela uma visão sacralizadora do presidente e que reforça a tal ‘história dos grandes homens’ da qual tentamos nos dissociar” (Mourelle, 2024). Por outro lado, novamente, Fernanda ressalta o caráter “fascistoide” dos atos patrióticos da época, enfatizando que se tratava de um período em que a política nacional operava de

forma concomitante aos governos autoritários e fascistas, copiando, inclusive, o fascismo italiano. Ou seja, Fernanda descreve o Getulismo como um governo de caráter fascista.

Suas memórias, todavia, continuam a reproduzir outras expressões que hoje buscamos desconstruir pelo efeito que causam, de modo que seus usos no presente podem negligenciar alguns acontecimentos. Entre essas, o termo “revolução de 1932” é, sem dúvidas, um dos mais problemáticos, uma vez que a historiografia recente define tal evento como uma guerra civil (Morais; Lopes, 2024, p.38-44), mas ele aparece nas narrativas da atriz, como podemos observar em (Montenegro, 2019, p.45):

No início dos anos 1930, quando da revolução de 1932, para espanto e desespero dos moradores daquele subúrbio não tão próximo, mas a caminho do Campo dos Afonsos - base da Força Aérea Brasileira, portanto, aeroporto dos aviões de combate da contrarrevolução - o governo comunicou que essa região estava ameaçada de bombardeios pela aviação revolucionária paulista. Pânico Geral [...].

A interpretação que Fernanda Montenegro fez do passado varguista em suas memórias publicadas nos parece importante para pensar a atualidade do período e a maneira como as versões desse passado circulam no presente, uma vez que sua autobiografia alcançou ampla circulação nas mídias. Conforme destacou uma matéria da Revista *Veja*, em pouco mais de um mês após seu lançamento, em outubro de 2019, *Prólogo, Ato, Epílogo* vendeu mais de 15 mil cópias, alcançando um surpreendente sucesso no mercado editorial das biografias no Brasil⁴.

Trata-se, portanto, de um testemunho histórico que evidentemente alcançou um consumo significativo e que, por ser elaborado por uma figura tão emblemática no cenário nacional, chegou a um público muito maior do que as narrativas historiográficas propriamente ditas conseguem alcançar. Isso porque Fernanda Montenegro possui uma autoridade dupla: não apenas a autoridade da testemunha que viveu o que conta, que viu com os próprios olhos aquilo que rememora e narra, mas também a autoridade de alguém que possui um lugar de fala por sua relevância artística e sua idade e que, por isso, encontra ouvidos atentos e credores diversos. Além disso, conforme destacam Santhiago e Borges (2022), desde a virada do século é notável o interesse do público pela vida de personalidades famosas, de celebridades amplamente conhecidas.

⁴ BONIN, Robson. *Prólogo, Ato, Epílogo*, livro de Fernanda Montenegro, lidera vendas. *Veja*, 28 out. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/prologo-ato-epilogo-livro-de-fernanda-montenegro-lidera-vendas/>. Acesso em: 27 set. 2023.

Na medida em que Fernanda Montenegro é uma figura muito respeitada no Brasil, suas versões acerca do período Vargas podem encontrar ressonância em um público amplo, que pode tomar como verdade a versão que a atriz oferece sobre esse determinado passado no presente. Tal aspecto levanta também uma das dimensões da história pública na interface com a história do tempo presente, qual seja o fato de que o discurso histórico não é a única ou a melhor interpretação do passado. Existem, como bem pontuam Rodrigues e Borges (2021), uma miríade de usos da memória, usos do passado e interpretações públicas da história que circulam no âmbito público e operam na construção da consciência histórica dos sujeitos do presente. É nesse ínterim que se situam as narrativas de Fernanda Montenegro. Quer dizer, o passado está sendo trazido à tona a partir de linguagens outras, como a narrativa autobiográfica, e a nós, historiadores, cabe problematizar e refletir: que passados são esses? No caso do passado varguista mobilizado nas memórias da atriz, vemos uma versão não romantizada, mas que ainda assim demonstra a gratidão que ela tem por tudo aquilo de positivo que foi realizado naquele período.

Nesse sentido, em diálogo com as discussões que consideram o entrecruzamento entre a história do tempo presente e a história pública, Rodrigues e Borges (2021, p.9) entendem que a última:

é sensível à busca dos sujeitos do presente que conferem sentidos ao passado, ora com demandas ideológicas, ora consumistas, ora para fins de fortalecimentos de lutas políticas do momento. Nos dois campos da história é possível detectar o compromisso com os sujeitos diretamente envolvidos na pesquisa, com a potência da história e da memória como força irruptiva e insurgente no contemporâneo.

Nesse sentido, se a memória de Fernanda Montenegro tem o poder de forjar um determinado imaginário sobre aqueles anos em que Vargas esteve no poder para aqueles que leram sua autobiografia — que, como salientamos, pode ser interpretada como uma representação histórica do passado varguista —, no presente, outros sujeitos que não vivenciaram o período também constroem suas versões acerca desse emblemático momento da história do país.

Isso demonstra como, longe de estar encerrado, esse passado permanece vivo na memória e no imaginário brasileiros. Por isso, além das memórias da atriz nonagenária, testemunha viva do período Vargas, lançamos mão de outros sentidos conferidos a ele, elaborados por sujeitos de gerações mais próximas. Novamente amparados pelas discussões da história pública, buscamos construir uma interpretação da história junto com

um determinado público — um seletto grupo de pessoas que nos ajudou a elaborar dados que aqui serão tomados como fonte histórica no próximo tópico, ao responderem a um questionário com dez perguntas objetivas sobre o Período Vargas.

O que falam sobre Vargas e seu governo aqueles que não vivenciaram tal momento histórico? De que maneira a figura do presidente é lembrada por gerações que vieram após Fernanda Montenegro, mas que dividem com ela um mesmo tempo, isto é, o presente em andamento? Que lugar os fatos e acontecimentos daquele período ocupam hoje? De que maneira são rememorados e ressignificados à luz do presente? Enfim, que passado varguista é acionado no presente? Os resultados da pesquisa demonstram que há uma determinada imagem desse passado que predomina, como veremos adiante.

BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE IMAGINÁRIO SOCIAL

É fundamental explicitar, mesmo que brevemente, o que se define por imaginário social, termo que foi tratado mais profundamente pelos historiadores a partir da chamada Nova História Cultural. No Brasil, encontramos escritos nesse sentido datados especialmente a partir do final da década de 1980 e início da de 1990; entretanto, sua origem ocorreu na França da década de 1960, a partir do conceito de mentalidades, em pesquisas que buscavam compreender permanências e mudanças do pensamento na longa duração.

Nos interessa particularmente o trabalho do historiador polonês Bronislaw Baczko, que define o imaginário social como um “conjunto de representações coletivas associadas ao poder”. Ele trata dos espaços de sociabilidade e reunião “a partir dos quais se propagam as informações e boatos”; ou seja, o diálogo entre as pessoas faz surgir uma ideia geral comum que define, segundo o autor, “nós e eles”, “representações que traduzem e esquematizam, simultaneamente, as recusas, os conflitos e os ressentimentos” (Magalhães, 2016, p.94-96). Concordamos com Wallace Magalhães — que analisa a obra de Baczko — sobre um aspecto do pensamento do polonês fundamental para este artigo: a percepção de que “o conflito que se dá no imaginário (e em suas representações) não pode ser visto como um acréscimo do ilusório ao real, mas como uma duplicação e reforço da dominação efetiva pela apropriação de símbolos que garantam essa obediência” (Magalhães, 2016, p.96).

Concepção que corrobora com a de Cornelius Castoriadis (2010), para quem o imaginário é uma dimensão que anda junto com o real. Portanto, não é algo à parte,

fantástico ou dissociado. A partir do imaginário surgem as ideias, os valores, as concepções básicas do que vemos como positivo e negativo para nós, assim como criamos padrões de como agimos, defendemos determinada ação individual ou coletiva e definimos comportamentos aceitáveis e não aceitáveis (Castoriadis, 2010). O mundo material existe, é óbvio. Mas a realidade é também o que pensamos sobre ela, e isso pode ser construído, mudado, manipulado, transformado. Como resume Rodrigo Patto Sá Motta (1996, p.98), “em se tratando da abordagem cultural, não há sentido em opor imaginário e realidade, representações e práticas. Trata-se de estudar os fenômenos culturais levando em conta as duas dimensões”.

Uma observação trazida por Baczko nos é especialmente importante quando ele menciona que os “atores políticos, em especial os ‘chefes’, são julgados não só pelas suas competências, mas também pela imaginação política e social que lhes é atribuída ou recusada” (Baczko, 1985, p.296). A visão de Vargas como o “pai dos pobres”, nesse sentido, é resultado de um esforço amplo realizado pelo governo, em especial no âmbito da ditadura do Estado Novo, para definir o líder nacional como tal. E, a partir do momento em que essa visão domina os espaços de sociabilidade e reunião — entre os quais está a escola —, contribui para a criação de uma realidade a partir da conformação de um imaginário popular positivo em relação ao presidente.

Magalhães (2016) trabalha com a relação entre Baczko e Bourdieu, aspecto com o qual concordamos e aplicamos na nossa concepção sobre o imaginário social que se efetivou no governo Vargas: a concretização da chamada dominação simbólica, propagada pelo sociólogo francês, inclui a criação e propagação desse imaginário. O “pai dos pobres”, nesse sentido, além de ter sido uma ideia bem trabalhada no período ditatorial, acabou se consolidando com o fim trágico de Getúlio Vargas em 1954. Cabe lembrar que, à época, Vargas não estava com popularidade em alta (Mourelle, 2024). Porém, seu suicídio contribuiu para a imagem que acabou cristalizada no imaginário social: a de um presidente que deu a sua vida pelo país, pela população, após sofrer uma injustiça — no caso, a acusação de ter mandado matar Carlos Lacerda — assim como milhões de brasileiros se sentem injustiçados todos os dias diante das dificuldades que enfrentam no cotidiano. Perpetuou-se, então, o que podemos chamar de um capital cultural incorporado pela sociedade a respeito da figura de Vargas, o qual se estendeu por décadas e que influencia, hoje, o imaginário sobre ele no tempo presente.

Bourdieu (2007, p.164) afirma que “o campo político é o lugar em que se geram, na concorrência entre os agentes que nele se acham envolvidos, produtos políticos, problemas, programas, análises, comentários, conceitos, acontecimentos”. A falta de herdeiros políticos e até de partidos que fossem realmente vinculados à figura de Vargas — não só em razão da ditadura de 1964, mas também na redemocratização — impediu que houvesse qualquer aprofundamento do questionamento sobre ele e até que se repensasse e modificasse o imaginário construído a partir de 1954.

Ao contrário, por exemplo, da Ditadura Militar, cuja memória e imaginário estão constantemente em disputa, suscitando debates políticos atuais, reeleições, visões antagônicas e polarização ideológica, o mesmo não ocorreu em relação a Getúlio. O grande herdeiro político, que sempre trouxe à tona o nome de Vargas, foi Leonel Brizola. Mesmo assim, em momento algum vimos na história política brasileira recente a consolidação de um “varguismo” ou “getulismo” na política institucional.

Quanto aos partidos, o novo Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) não “vingou” na redemocratização enquanto agremiação partidária de massas — perdeu o posto para o Partido dos Trabalhadores (PT) — e o Partido Democrático Trabalhista (PDT) esteve muito mais relacionado ao brizolismo do que a Getúlio, e teve sua identidade trabalhista enfraquecida após a morte de seu principal líder, em 2004.

Enquanto vemos líderes políticos nacionais se posicionarem publicamente a favor ou contra 1964, a figura de Vargas, por mais significativa que seja para a história do país, nunca esteve na centralidade do debate político ou eleitoral desde 1985. Ou seja, nas últimas décadas não ocorreram grandes discussões ou uma problematização mais profunda sobre suas ações no governo, o que contribuiu para a permanência de uma visão antiga e pouco discutida de Getúlio, consolidada mais como “pai dos pobres” do que como “ditador autoritário”.

Logo, o imaginário não é um real “deformado”. A construção do real passa também pelo imaginário, pelos símbolos, signos, pela apreensão que se faz do mundo. Nesse sentido, outra afirmação de Baczko nos é cara: a “mitologia que nasce a partir de determinado acontecimento sobreleva em importância o próprio acontecimento” (Baczko, 1985, p.296). Tal afirmação nos remete imediatamente ao suicídio, momento traumático que levou a população a consternar-se e tomar as ruas; mas também se aplica a outros aspectos relacionados ao ex-presidente, como a criação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a industrialização/modernização da economia. Esses fatos ganharam um

quê “mítico”, no sentido trazido pelo autor citado, de ideias que tomaram uma dimensão acima dos próprios fatos em si, que muitas vezes não são estudados detalhadamente, enquanto o imaginário se propaga quase como um dogma religioso — por exemplo, pouco se fala da luta histórica dos trabalhadores pelas leis trabalhistas, enquanto se atribui responsabilidade quase integral a Getúlio pela conquista.

Talvez fique mais fácil compreender o que levantamos se trouxermos o que ocorre com uma guerra como exemplo: assim como um governo, ela é compreendida não apenas pelos fatos que estão acontecendo mecanicamente, mas também pelo imaginário, pelos discursos e pela imagem que são criados sobre si e a respeito dos adversários. Esse é o peso enorme do imaginário na nossa vida cotidiana, dando origem à realidade que conhecemos e construímos.

Portanto, este trabalho se vincula, como já mencionado, ao âmbito da História Pública, da História do Tempo Presente e da Nova História Cultural, com destaque para as questões da memória e do imaginário. Antes de iniciar a análise dos resultados da pesquisa, deixamos uma reflexão de Motta (1996, p.96), a partir da qual analisaremos as respostas dos estudantes às questões formuladas sobre Vargas e seu governo:

O imaginário social seria, portanto, a representação ou o conjunto de representações imagéticas de determinados aspectos ou fenômenos da vida social como, anseios, temores, utopias, valores, crenças etc. Tais representações encerram uma importância fundamental, na medida em que tornam aceitáveis e assimiláveis determinados aspectos da realidade, contribuindo para conferir coesão e identidade aos diversos grupos sociais.

O IMAGINÁRIO SOBRE VARGAS A PARTIR DE UMA PESQUISA COM ESTUDANTES EM 2024

As considerações que aqui faremos baseiam-se em uma pesquisa realizada pelo “Grupo de Pesquisa Dimensões do Regime Vargas e seus Desdobramentos” (CNPq), com 600 alunos de todas as regiões do Brasil. O método utilizado foi um formulário criado no Google, com dez perguntas objetivas, cada qual com quatro possibilidades de resposta. O questionário foi repassado pelos pesquisadores do grupo a seus respectivos alunos durante o primeiro semestre de 2024.

Mais uma vez, cabe destacar a dimensão da História Pública deste trabalho, não somente no sentido de uma história voltada ao grande público, mas também como uma história produzida a partir do público e, de certa forma, com o público — por meio da apresentação de suas opiniões (Santhiago, 2018). O questionário nos permitiu lidar

diretamente com os alunos, com o objetivo de saber o que pensam sobre um período histórico de enorme relevância para o país. Coube a nós, então, analisar os resultados colhidos dentro desse universo específico de estudantes. Faz-se necessário, portanto, detalhar as características dos respondentes.

Tendo como base de comparação o Censo de 2022, é possível notar que o perfil do grupo que respondeu à pesquisa é bastante próximo ao identificado pelo IBGE para a população brasileira: 49,3% se autodeclararam brancos, 41% pardos e 9,5% negros, enquanto no censo esses percentuais foram, respectivamente, 43,5%, 45,3% e 10,2%. Logo, o universo analisado condiz com a diversidade étnica nacional. É importante ainda mencionar que os entrevistados são, em sua maioria, oriundos de áreas urbanas, especialmente capitais e regiões metropolitanas.

Dois dados relevantes e que merecem destaque referem-se ao grau de instrução e à idade dos estudantes. Apenas 16% cursaram ou estão cursando pós-graduação, 10% têm o Ensino Médio completo e 9% o Ensino Fundamental. A maior parte dos pesquisados — totalizando quase dois terços do total — são alunos que estão atualmente cursando o Ensino Médio (40%) ou o Ensino Superior (25%). Isso é importante para compreendermos melhor os resultados, pois se trata de um público que está estudando o governo Vargas em preparação para vestibulares e para o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM), ou que, em grande parte, passou recentemente por essa experiência e se encontra nos primeiros anos da graduação.

Portanto, sem perder de vista que há pessoas com um hiato temporal maior entre o fim da formação escolar e o ingresso na faculdade, identificamos que a grande maioria é composta por jovens que estão no início ou final desse processo. A faixa etária dos entrevistados reforça essa percepção: 64% são adolescentes entre 13 e 19 anos, e 16,5% têm entre 20 e 30 anos. Ou seja, 80,5% dos respondentes nasceram entre o final do século XX e o início do XXI — pessoas que vieram ao mundo mais de 40 anos após a morte de Getúlio Vargas. Para encerrar a análise sobre os perfis, cabe destacar ainda que 5% têm entre 31 e 40 anos, o mesmo percentual dos que estão nas faixas de 41 a 50 e de 51 a 60 anos. Apenas 2% têm mais de 61 anos, sendo que apenas três entrevistados foram contemporâneos de Getúlio, o mais idoso atualmente com 93 anos.

Conclui-se que praticamente a totalidade dos entrevistados tem sua opinião formada sobre Getúlio Vargas não pela experiência vivida, mas pelo que ouviram em espaços de sociabilidade, incluindo as instituições de ensino. Portanto, ao contrário do que

apresentamos anteriormente, ao analisar as falas e pensamentos de Fernanda Montenegro, neste momento a avaliação se volta para o imaginário, e não para a memória.

Não trataremos neste texto dos resultados de todas as perguntas do formulário, o que seria inviável no espaço disponível. Por isso, optamos por destacar especialmente a visão dos entrevistados sobre a ditadura do Estado Novo e a respeito da figura de Getúlio Vargas, a fim de compreendermos, assim como vimos nas memórias de Fernanda Montenegro, o que se pensa, em 2024, sobre esse governante que marcou a história brasileira.

O primeiro ponto que chama a atenção é a pergunta número três, que indaga os estudantes sobre qual seria a posição ideológica de Vargas. As opções de resposta foram: “de direita”, “de esquerda”, “fascista” e “comunista”. Os resultados foram, respectivamente: 47,8%, 28,7%, 17,8% e 5,7%. É interessante considerar a possibilidade de que as porcentagens reflitam também o momento de polarização ideológica vivido no Brasil nos últimos anos. As leis trabalhistas, muito citadas em respostas a outras perguntas, indicam que o fato de Vargas ter criado a CLT levou muitos a associá-lo à esquerda ou à extrema-esquerda: 23,5%, quase um quarto do total.

Contudo, o número dos que o consideram fascista é ainda maior, e, se somarmos os percentuais de “direita” e “fascista”, vemos que 76,5% — um número expressivo — o associam ao espectro político oposto ao mencionado anteriormente. Isso decorre, provavelmente, do fato de os estudantes associarem o governo de Vargas às ditaduras nazifascistas contemporâneas, como as de Hitler e Mussolini, tal como faz Fernanda em suas memórias. Parece ter marcado menos o imaginário popular o fato de Vargas ter sido eleito por um partido político mais alinhado ao centro e à esquerda, como o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que contou com figuras como João Goulart e Leonel Brizola.

Não se trata aqui de defender que Vargas fosse de esquerda — mesmo porque sua postura ideológica era bem menos inclinada a esse espectro do que os nomes citados acima —, mas apenas de salientar que o período autoritário ficou mais fortemente registrado no imaginário do que o Vargas democrático, presidente entre 1951 e 1954, principal figura de um partido de postura considerada progressista.

Por outro lado, embora seja perceptível que o governo de 1930 a 1945 chama mais a atenção e, em geral, é mais marcante para as pessoas, os dados da pesquisa indicam que a violência e a censura são menos lembradas do que outros aspectos. A pergunta número dois, que questiona “O governo Vargas (1930-45) foi marcadamente...”, é esclarecedora.

As quatro opções de resposta — duas ligadas ao progresso econômico/social e duas ao autoritarismo — reforçam nossa interpretação. Apenas 8,5% apontam “violento” como característica principal do período, mesmo diante do conhecimento histórico de que cerca de 10 mil pessoas foram presas, houve tortura, deportações e repressão ao movimento operário independente em prol dos chamados “sindicatos de carimbo”, subordinados ao Ministério do Trabalho (Mourelle, 2023).

Essa leitura do governo foi, em grande parte, reforçada pela própria produção historiográfica, que frequentemente relativizou a ditadura do Estado Novo em comparação com a de 1964. Talvez por isso, a característica mais marcante para os entrevistados que percebem o viés autoritário de Vargas tenha sido a “censura” (30,3%), quase quatro vezes mais lembrada do que a violência.

Por outro lado, 61,2% destacaram como principal marca do governo de Getúlio questões de desenvolvimento: 24,2% mencionaram o “progresso social” e 37% o “progresso industrial”. Ou seja, para a maioria dos entrevistados, o que mais se destaca são os avanços econômico-sociais, e não as características associadas à repressão. Essa imagem de longo prazo consolida a percepção de que o período entre 1937 e 1945 foi “bom” para o país — reforçando a ideia, já discutida, de que o imaginário não é dissociado do real, mas parte dele. Se o mundo é o que pensamos sobre ele, não há dúvidas de que o Estado Novo, com ressalvas mais voltadas à censura do que à violência, é visto como um período mais positivo do que negativo para a sociedade brasileira. Vale lembrar Baczko, ao afirmar que líderes políticos são julgados não apenas pelas suas competências, mas também pela imaginação política e social que lhes é atribuída ou recusada (Baczko, 1985, p.296).

Finalmente, duas questões relevantes para a compreensão do imaginário social se referem ao que os estudantes pensam sobre ditadura, em geral, e sobre a ditadura de Vargas. Os resultados das perguntas sete e oito evidenciam uma diferença marcante entre o conceito genérico de ditadura e a percepção da ditadura varguista.

A pergunta sete questiona: “O que você acha de uma ditadura para um país?”. Os resultados mostram que 83,2% acham “horrrível”, 14,2% “razoável”, 2,2% “boa” e apenas 0,5% “excelente”. Logo, a ideia de ditadura é fortemente rejeitada pela maioria. No entanto, na pergunta seguinte, que questiona: “Como foi a ditadura Vargas (1937-1945) para o Brasil?”, os números mudam substancialmente: o “horrrível” cai para 43,3%, o “razoável” sobe para 41,8%, o “boa” cresce para 12,3% e o “excelente” atinge 2,5%. Ou

seja, 56,7% consideram a ditadura Vargas razoável, boa ou excelente — número coerente com os 61,2% que associam o período ao progresso industrial e/ou social.

Portanto, é possível perceber que os esforços do governo Vargas — seja por meio do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), seja pelas ações que moldaram o imaginário popular — deram origem a uma narrativa vitoriosa: a de um governo voltado ao desenvolvimento social e industrial, com marcas mais positivas do que negativas. Tanto as memórias de Fernanda Montenegro, quanto o imaginário apreendido nas respostas dos estudantes, permitem perceber que a imagem que permanece, ao menos por ora — e que, como já destacamos, pode ser transformada por fatos futuros —, é a de um homem que, embora tenha recorrido à censura e se inspirado em regimes autoritários, trabalhou pelo desenvolvimento do país.

Motta (1996, p.98) afirma que quem detém o poder precisa, além das estruturas burocráticas e instituições coercitivas, criar imagens que atinjam os corações e mentes da população — muitas vezes, mais os corações do que as mentes. Nesse sentido, é evidente o sucesso alcançado por Getúlio Vargas, tanto em seu tempo quanto na posteridade. De fato, “saiu da vida para entrar na história”, e, sem dúvida, com uma marca muito mais positiva do que negativa. Ao menos, é o que este estudo demonstrou, sendo essa a conclusão a que chegamos.

REFERÊNCIAS

BACZKO, Bronislaw. A imaginação social. *In*: LEACH, Edmund *et ali*. **Anthropos-Homem**. Lisboa, Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985.

BONIN, Robson. Prólogo, Ato, Epílogo, livro de Fernanda Montenegro, lidera vendas. **Veja**, 28 out. 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/radar/prologo-ato-epilogo-livro-de-fernanda-montenegro-lidera-vendas/>. Acesso em: 27 set. 2023.

BOURDIEU, Pierre. A ilusão biográfica. *In*: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. (*Org.*). **Usos & abusos da história oral**. 8.ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.183-191.

_____. **O poder simbólico**. 10.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2010.

CHAUVEAU Agnés; TÉTARD, Philippe. Questões para a história do presente. *In*: CHAUVEAU Agnés; TÉTARD, Philippe (Org.). **Questões para a história do presente**. Bauru: Edusc, 1999, p.7-37.

DELACROIX, Christian. A história do tempo presente, uma história (realmente) como as outras? **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.10, n.23, p.39-79, jan./mar. 2018.

MAGALHÃES, Wallace Lucas. O imaginário social como um campo de disputas: um diálogo entre Baczko e Bourdieu. **Albuquerque** – Revista de história, vol.8, n.16. jul./dez.2016, p.92-110.

MONTENEGRO, Fernanda. **Prólogo, Ato, Epílogo**: memórias. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MORAIS, Francisco Quartim de; LOPES, Raimundo Hélio. A Guerra Civil de 1932. *In*: MOURELLE, Thiago; FRAGA, André Barbosa; LAGO, Mayra Coan. **Dicionário do Governo Vargas**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A história política e o conceito de cultura política. **LPH: Revista de História**. N.º 6, 1996.

MOURELLE, Thiago. 70 anos da morte de Getúlio Vargas: um ensaio sobre 1937, 1964 e os tempos atuais. **História da Ditadura**, 27 ago. 2024. Disponível em: <https://www.historiadaditadura.com.br/post/70-anos-da-morte-de-getulio-vargas-um-ensaio-sobre-1937-1964-e-os-tempos-atuais>. Acesso em: 27 set. 2024.

_____. O Segundo Governo Vargas: a escalada do caos (1951-1954). **Que República é essa**, 21 ago. 2024. Disponível em: <https://querepublicaessa.an.gov.br/index.php/que-republica-e-essa/assuntos/temas/523-o-s-egundo-governo-vargas-a-escalada-do-caos-1951-1954>. Acesso em: 7 out. 2024.

_____. **A democracia ameaçada**: A Câmara dos Deputados confronta Getúlio Vargas. Rio de Janeiro: 7Letras, 2023.

O GRUPO de Pesquisa Vargas desenvolve estudos sobre o período Vargas. Disponível em: <https://linktr.ee/grupopesquisavargas>. Acesso em: set. 2025.

RODRIGUES, Rogério Rosa; BORGES, Viviane Trindade (Org.). **História Pública e História do Presente**. Letra e Voz, 2021.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. *In*: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janáina (Orgs.). **Usos e Abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006. p.93-101.

ROUSSO, Henry. **A última catástrofe**: A história, o presente, o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

SANTHIAGO, Ricardo. História pública e autorreflexividade: da prescrição ao processo. **Revista Tempo e Argumento**, Florianópolis, v.10, n.23, p.286–309, 2018.

SANTHIAGO, Ricardo; BORGES, Viviane. Entre redescobertas e emergências: história pública e escritas biográficas no tempo presente. *In*: RODRIGUES, Rogério Rosa *et al.* (Orgs.). **Fio que se faz trama**: a história do tempo presente e a responsabilidade na pesquisa histórica. Vitória, ES: Milfontes, 2022. p.83-112.

Acesso geral: <https://ojs.uva.br/index.php/revista-aquila>
Licença Copyleft: Atribuição-Uso não Comercial-Vedada a Criação de Obras Derivadas

